



Contexto amazônico e a formação de professores/as do campo no Amazonas

 Heloisa da Silva Borges¹,  Claudio Gomes da Victória²,  Helena Borges da Silva³,  Érica de Souza e Souza⁴
^{1, 2, 3, 4} Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Avenida General Rodrigo Octavio Jordão Ramos nº 3.000, Coroado I, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Norte, Pavilhão Rio Uatumã. Manaus - AM, Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: heloborges@ufam.edu.br

RESUMO. O contexto amazônico expresso neste texto resulta da experiência das ações de formação de professores (as) do Programa Escola da Terra, em 46 municípios do Estado do Amazonas, por meio da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Amazonas, que ofertou o Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo – Práticas Pedagógicas. A Escola da Terra é uma ação da antiga Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), em parceria com as Instituições de Ensino Superior, com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Desse modo, foi possível viabilizar a formação continuada aos (às) professores (as) que atuam nas escolas multisseriadas do campo amazônico. O objetivo do estudo foi socializar essa experiência de formação continuada de professores (as) desenvolvida pela Faculdade de Educação/UFAM, cujo trabalho vem sendo desenvolvido há mais de cinco anos sob a forma de abordagem metodológica da pesquisa-ação. Como resultados, constatamos que foram atendidos (as) 2.724 professores (as) do interior do Estado, que desenvolveram trabalhos com enfoque nos tempos formativos da alternância, associando o ensino à pesquisa. Quanto às considerações finais do estudo, é possível dizer que as ações são importantes para a formação de professores/as das classes multisseriadas das escolas do campo no Amazonas, visto que fortalecem a cultura dos sujeitos amazônicos do campo.

Palavras-chave: contexto amazônico, programa escola da terra, Formação de professores/as, educação do campo.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 7	e13333	10.20873/uft.rbec.e13333	2022	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	--------------------------	------	-----------------



Amazonic context and the training of field teachers in Amazonas

ABSTRACT. The Amazon context expressed in this text results from the experience of teacher training actions of the Escola da Terra Program, in 46 municipalities in the State of Amazonas, through the Faculty of Education, of the Federal University of Amazonas, which offered the Course of Improvement in Rural Education – Pedagogical Practices. Escola da Terra is an action of the former Department of Continuing Education, Literacy, Diversity and Inclusion (SECADI/MEC), in partnership with Higher Education Institutions, with State and Municipal Education Departments. In this way, it was possible to provide continuing education to teachers who work in multi-grade schools in the Amazonian countryside. The objective of the study was to socialize this experience of continuing teacher education developed by the Faculty of Education/UFAM, whose work has been developed for more than five years in the form of an action research methodological approach. As a result, we found out that 2,724 teachers from the interior of the State were assisted, who developed works with a focus on the formative times of alternation, associating teaching with research. As for the final considerations of the study, it is possible to say that the actions are important for the training of teachers of the multigrade classes of rural schools in Amazonas, since they strengthen the culture of Amazonian rural subjects.

Keywords: amazon context, escola da terra program, teacher training, rural education.

El contexto amazónico y la formación de profesores de campo en Amazonas

RESUMEN. El contexto amazónico expresado en este texto resulta de la experiencia de acciones de formación docente del Programa Escola da Terra, en 46 municipios del Estado de Amazonas, a través de la Facultad de Educación, de la Universidad Federal de Amazonas, que ofreció el Curso de Perfeccionamiento en Educación Rural – Prácticas Pedagógicas. Escola da Terra es una acción de la antigua Secretaría de Educación Continuada, Alfabetización, Diversidad e Inclusión (SECADI/MEC), en colaboración con las Instituciones de Educación Superior, con las Secretarías de Educación Estaduales y Municipales. De esta manera, fue posible brindar educación continua a los docentes que trabajan en escuelas multigrado en el interior amazónico. El objetivo del estudio fue socializar esta experiencia de formación continua de profesores desarrollada por la Facultad de Educación/UFAM, cuyo trabajo se desarrolla desde hace más de cinco años bajo la forma de un enfoque metodológico de investigación-acción. Como resultado, encontramos que fueron atendidos 2.724 docentes del interior del Estado, quienes desarrollaron trabajos enfocados en los tiempos formativos de la alternancia, asociando la docencia a la investigación. En cuanto a las consideraciones finales del estudio, es posible decir que las acciones son importantes para la formación de docentes de las clases multigrado de las escuelas rurales de Amazonas, ya que fortalecen la cultura de los sujetos rurales amazónicos.

Palabras clave: contexto amazónico, programa escola da terra, formación de profesores, educación rural.

Introdução

A formação contínua dos (as) professores (as) do campo na Amazônia é um desafio, porém se tem tornado possível por meio de processos formativos que permitem o diálogo entre as universidades, as escolas do campo e as comunidades. Assim, este estudo tem como objetivo socializar a experiência de formação continuada de professores (as) desenvolvida pela Faculdade de Educação/UFAM, no Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo – Práticas Pedagógicas, do Programa Escola da Terra, no Amazonas.

Pautado em uma abordagem metodológica da pesquisa-ação, esse trabalho de formação continuada de professores (as) vem sendo desenvolvido pela Faculdade de Educação/UFAM há mais de cinco anos.

Partindo desse pressuposto, este texto trata das ações do Programa Escola da Terra, desenvolvidas pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no contexto amazônico, por meio do Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo – Práticas Pedagógicas, do convênio UFAM/FNDE/MEC-Secadi, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC) e com 46 Secretarias Municipais do Estado do Amazonas, no interregno de 2013 a 2018.

As ações deram-se durante cinco anos, por meio do Núcleo de Trabalho, Educação e Diversidade (NTED), que é composto por várias linhas de estudo ligadas às diferentes temáticas descritas a seguir: políticas públicas, formação de professores/as, currículo, educação do campo, ensino profissionalizante, diversidade, ensino superior, gestão etc., com a finalidade de contribuir de forma interdisciplinar para a formação de estudantes dos cursos de licenciaturas e de pós-graduação da UFAM na área de educação.

Essa parceria foi idealizada a partir de quando o Ministério da Educação (MEC), em 2013, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), publicou o edital que permitiu que as universidades públicas federais participassem do Programa Escola da Terra. O NTED, em conjunto com a direção da Faced, articulou com os/as professores/as a proposta do projeto para atender à demanda dos/as professores/as que atuavam nas escolas multisseriadas do campo amazônico.

No primeiro momento, de 2014 a 2015, as ações de formação deram-se em 18 (dezoito) municípios. De 2015 a 2017, em 23 (vinte e três) municípios; e, no ano de 2018, em 5 (cinco) municípios, chegando ao total de 46 (quarenta e seis) municípios, sendo eles: 1) Alvarães; 2) Anamá; 3) Anori; 4) Atalaia do Norte; 5) Autazes; 6) Barreirinha; 7) Benjamin Constant; 8) Beruri; 9) Boa Vista do Ramos; 10) Boca do Acre; 11) Borba; 12) Caapiranga; 13) Careiro

Castanho; 14) Careiro da Várzea; 15) Coari; 16) Codajás; 17) Envira; 18) Iranduba 19) Itacoatiara; 20) Itamarati; 21) Itapiranga; 22) Japurá; 23) Juruá; 24) Manacapuru; 25) Manaquiri; 26) Manaus; 27) Manicoré; 28) Maraã; 29) Maués; 30) Nhamundá; 31) Nova Olinda do Norte; 32) Novo Airão; 33) Novo Aripuanã; 34) Parintins; 35) Pauini; 36) Presidente Figueiredo; 37) Rio Preto da Eva; 38) Santo Antônio do Içá; 39) São Paulo de Olivença; 40) Silves; 41) Tapauá; 42) Tefé; 43) Tonantins; 44) Uarini 45) Urucará; 46) Urucurituba. Assim, as ações de formação da Escola da Terra chegaram a 71% dos 62 (sessenta e dois) municípios do Amazonas e atenderam a um total de 2.724 professores(as) dos respectivos municípios do Estado.

A dimensão geográfica do Amazonas se apresentou como um verdadeiro desafio para a realização das ações do Programa, uma vez que o primeiro passo era o deslocamento para chegar aos municípios, por avião, barcos, lanchas a jato (embarcações que atingem velocidade de 60 a 80 km/h), carros, ônibus etc. Tal desafio proporcionou aos/às professores/as em formação da rede municipal e aos/às formadores/as da UFAM novos aprendizados sobre os contextos amazônicos e as escolas do campo. Durante as experiências desenvolvidas com o ensino com pesquisa, houve um rico aprendizado dos saberes escolares, associados aos saberes dos sujeitos do campo.

As ações do Programa Escola da Terra deram-se por meio do Projeto do Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo – Práticas Pedagógicas, que teve o seguinte objetivo geral: contribuir para a formação continuada de profissionais da educação que atuam nas escolas do campo, fundamentando as teorias e as metodologias centradas em práticas pedagógicas capazes de desenvolver estratégias e recursos educativos que facilitem a integração do saber tradicional ao saber científico e ao trabalho do campo.

O texto está dividido em três seções, além da parte introdutória: na primeira, trazemos o percurso metodológico do estudo; na segunda, apresentamos os resultados e as discussões, em que destacamos o contexto amazônico e a participação da UFAM no Programa Escola da Terra; na terceira, abordamos o processo formativo de professores/as das escolas do campo amazônico. Por fim, tecemos nossas considerações finais sobre o estudo.

Percurso metodológico

O presente estudo foi desenvolvido a partir do método da pesquisa-ação, aplicada no Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo – Práticas Pedagógicas. No primeiro momento foram feitas as reuniões com o coordenador estadual, com aproximadamente 138

tutores dos municípios, com 50 formadores(as) da UFAM para o estudo do Projeto Pedagógico do Curso e para a elaboração do material didático-pedagógico. Assim, iniciamos a primeira etapa da pesquisa-ação (exploratória) com a aplicação dos questionários com perguntas abertas e fechadas aos (às) 2.724 professores/as cursistas, cuja finalidade era obter o diagnóstico do perfil desses profissionais em relação ao tipo de trabalho na escola multisseriada de campo do Estado do Amazonas.

Na segunda fase, denominada de *ação*, houve o momento da análise das informações obtidas com o diagnóstico, as quais foram discutidas com os (as) professores (as) em formação e com a equipe formadora do curso no afã de propiciar um autoconhecimento voltado à reflexão permanente sobre a ação, o que proporcionou aos envolvidos um olhar sobre o objeto e gerou uma melhor intervenção no processo formativo dos cursistas.

Depois, houve a elaboração das técnicas e a definição da melhor estratégia para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem de professores (as), de modo que eles (as) pudessem utilizar essa formação por meio de pesquisa a fim de aprimorarem o ensino e o aprendizado de seus estudantes. Ao final de cada eixo articulador, foram feitas avaliações das atividades formativas nos seminários integradores.

Resultado e discussões no contexto amazônico e a participação da UFAM no Programa Escola da Terra

Envolta em uma região predominantemente de floresta, a Amazônia é um imenso espaço geográfico que possui riquezas diversas e, segundo Silva (2016), apresenta relevante potencial geopolítico e econômico, abrangendo 85% do seu território no Brasil, 5 milhões de km², 22% de reserva florestal do planeta, 20% da água doce disponível na Terra, 45% do potencial hidrelétrico; nela estão nove estados brasileiros e oito países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela) da América do Sul.

Essa é uma região bastante cobiçada por todo o seu potencial já citado. No que tange à questão econômica, foram registrados três momentos marcantes: o primeiro foi no século XVII, com o extrativismo, com especiarias (pau-rosa, banha de peixe-boi, de tartaruga etc.); no segundo, do final do século XIX até o meio do século XX, a população viveu o Ciclo da Borracha (Extrativismo – atividade de coleta de produtos naturais, de origem animal, vegetal ou mineral); o terceiro momento foi a instalação da Zona Franca de Manaus, em 1957, que se mantém até os dias atuais do século XXI (Silva, 2016).

Todos esses períodos econômicos atraíram vários imigrantes para a região, na busca por riquezas da Amazônia, mas também vieram os conflitos internacionais, nacional, local, que

geraram inclusive a matança dos habitantes amazônicos como indígenas, ribeirinhos etc. No geral, todas essas ações foram motivadas por interesse nas riquezas naturais visivelmente existentes na região.

Dessa forma, os municípios foram organizando-se socialmente tendo como base a estrutura econômica dos modelos das classes dominantes de cada época histórica, que estabeleceram e estabelecem os moldes que desejam, o que gera conflitos internos aos sujeitos amazônicos, que naturalizam as regras e os costumes impostos ao seu modo de vida.

O crescimento populacional da região não viabilizou a organização social dos/as trabalhadores/as, talvez pela carência de políticas públicas: saneamento, escola, saúde e outros, além das distâncias, o que fez que ocorresse a dispersão e o isolamento, pois as tarefas dos sujeitos do campo na região são as mais variadas como plantar, colher, pescar, caçar, produzir alimentos, entre outras, enquanto os donos dos seringais, os grandes comerciantes e os grandes proprietários enriqueciam explorando-os e deixando os/as trabalhadores/as do campo entregues à própria sorte.

Na Amazônia, até os dias de hoje, são comuns os conflitos de terras, e vários foram os projetos implementados que não deram retorno às camadas populares, ou seja, aos mais pobres. Consta nas estatísticas oficiais atuais que a população amazônica possui as mais baixas perspectivas de vida do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Há municípios com menor renda *per capita*, com graves problemas ambientais e muitos conflitos agrários, que muitas vezes terminam em morte dos sujeitos do campo ou na escravidão de trabalhadores/as etc.

Os conflitos na região são muitos por vários motivos, mas têm como ponto central a luta pela terra por indígenas, posseiros, extrativistas, assentados, ribeirinhos, e por pequenos proprietários pela água. Segundo Canudo, Luz, Santos (2020), os conflitos no Amazonas ocorreram em 52 (cinquenta e duas) localidades envolvendo 11.622 (onze mil, seiscentos e vinte e duas) famílias.

Conflitos em torno da posse da terra estão relacionados com uma forma de ocupação do campo na Amazônia em que prevalece o latifúndio, e são resultado também da ausência das políticas públicas do Estado, no interior dessa região, capazes de regular as relações de trabalho; assegurar o acesso a terra e o fomento da produção nas pequenas propriedades; e conter a força política e o braço armado do latifundiário (Gomes & Araújo, 2007, p. 35).

Tais problemas são situações históricas que vêm acompanhando essa região. Disputas das terras, das riquezas fazem que os sujeitos que aqui vivem fiquem invisíveis socialmente, sem o acesso às políticas públicas do Estado brasileiro. Além disso, em algumas localidades,

a escola da comunidade conta com o/a professor/a *unidocente* para atender os sujeitos do campo.

A Amazônia brasileira é composta por nove estados, área em cujo centro fica o Estado do Amazonas, que é uma unidade federativa que compõe o Brasil, com extensão territorial de 1.559.148.890km², localizado na Região Norte. Limita-se ao norte com Roraima e Venezuela; a leste, com o Pará; a noroeste, com a Colômbia; a sudeste, com o Mato Grosso; ao sudoeste, com o Peru e o Acre; e ao sul, com Rondônia.

No seu desenho geográfico, tem seus rios, que proporcionam as idas e vindas dos sujeitos amazônicos, especialmente como se fossem estradas da região. É tão natural que pessoas que residem nas comunidades possuam *rabetas*, uma espécie de canoa com motor de polpa, que os moradores procuram comprar para poderem se locomover de um lugar para outro (Silva, 2016).

O quadro educacional do Estado do Amazonas não é satisfatório, visto que, por mais que se tenham tido nos últimos tempos políticas mais voltadas para o contexto amazônico, com programas de governos como PRONERA, Projovem Campo, Diretrizes Operacionais, PROCAMPO, licenciaturas específicas, Escola da Terra etc., ainda são insuficientes para atender à população que necessita de atendimento social.

Segundo o Censo Escolar de 2017, no Amazonas, existem registrados no sistema 1.169.092 estudantes matriculados, dos quais 466.599 nas escolas da rede estadual; 10.872 na rede federal; 90.571 nas instituições privadas de ensino; e 601.050 nas unidades de ensino da rede municipal. Existem 5.427 unidades de ensino, sendo 745 estaduais, 4.363 da rede municipal, 303 da rede privada e 16 unidades da rede federal. O levantamento apontou que o Estado do Amazonas, em 2019, contava com 44.811 professores, dos quais 17.517 atuavam nas unidades de ensino da rede estadual; 28.597, nas redes municipais; 4.717, na rede privada; e 909, na rede federal (www.amazonas.am.gov.br – 19/04/2020).

Diante desse contexto, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por meio da Faculdade de Educação, aprovou junto ao MEC-SECADI o projeto para formação continuada de professores/as que atuam nas escolas de Classes Multisseriadas da Educação Escolar do Campo, mediante convênios de cooperação técnica entre UFAM/FNDE/MEC-Secadi, frutos de uma ação do Programa Escola da Terra, na área temática da Educação do Campo, em parceria com a Seduc/AM.

O projeto atendeu à demanda inscrita na Plataforma Paulo Freire em vários momentos do convênio, especialmente quando foi executado o processo formativo dos/as professores/as

no Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo – Práticas Pedagógicas, nos 46 municípios dos 62 que compõem o Estado do Amazonas.

A primeira versão teve início no ano de 2014, e o término de suas atividades aconteceu em março de 2015, quando atendemos 1.442 (mil e quatrocentos e quarenta e dois) professores(as) das escolas municipais do campo em 18 (dezoito) municípios: Autazes; Boca do Acre; Borba; Caapiranga; Careiro da Várzea; Coari; Iranduba; Itacoatiara; Manacapuru; Manaus; Manicoré; Maraã; Maués; Nova Olinda do Norte; Novo Aripuanã; Parintins; Presidente Figueiredo; Tefé.

A segunda versão foi aprovada em 2015, com início em 2016, e sua conclusão ocorreu em abril de 2017, tendo sido a continuação do convênio para a formação de 982 (novecentos e oitenta e dois) professores/as, que atuam em 24 municípios: Alvarães; Anamá; Anori; Atalaia do Norte; Barreirinha; Benjamin Constant; Beruri; Boa Vista do Ramos; Codajás; Itamarati; Itapiranga; Juruá; Manaquiri; Manaus; Nhamundá; Novo Airão; Pauini; Rio Preto da Eva; Santo Antônio do Içá; São Paulo de Olivença; Tapauá; Tonantins; Uruará; Urucurituba.

A terceira versão da formação teve sua aprovação em agosto de 2017 e ocorreu em 2018, dando continuidade ao convênio e atendendo 300 (trezentos) professores/as de 5 (cinco) municípios: Careiro Castanho, Envira, Japurá, Silves e Uarini. O término das atividades se deu em dezembro do mesmo ano, com o seminário de socialização das ações desenvolvidas e apoiadas pelo Programa Escola da Terra.

Durante a realização das 3 (três) versões das ações do Programa Escola da Terra (Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo – Práticas Pedagógicas), constatamos dados relevantes referentes aos/às professores/as cursistas em relação ao tipo de trabalho na escola do campo. Eles/as têm em média entre um e dez anos de trabalho, o que corresponde a 51% dos participantes; 35% possuem de 11 a 20 anos de trabalho; 8%, de 21 a 30 anos de trabalho; 1% possui de 31 a 40 anos de trabalho; 5% não responderam. Os dados apontam que os profissionais estão há alguns anos desenvolvendo trabalhos de formação com as crianças de classes multisseriadas. Constatou-se que eles/as enfrentam o desafio de trabalhar em escolas das comunidades que ficam distantes da sede do município e desenvolvem o trabalho como *unidocentes*, ou seja, os/as professores/as são os responsáveis por todas as ações da escola: do ensino, da limpeza, da preparação da merenda escolar etc.

Apesar de assumirem todo o trabalho pedagógico, os dados revelam que eles/as possuem a seguinte formação: 40% têm o magistério (ensino médio); 32% cursam o ensino superior; 25% têm o curso de ensino médio em outra área; 3% não responderam. O que

observamos durante a realização das ações dos tempos universidades nos municípios foi que a formação continuada é algo importante para os profissionais, talvez pela própria ausência de domínio do conhecimento específico das questões pedagógicas do magistério, por isso é perceptível à necessidade de estarem compartilhando suas próprias experiências do trabalho pedagógico e de conhecerem novas propostas que ajudem no processo formativo dos estudantes do campo.

Em função dos dados apresentados, constatamos a excelente aceitação do Programa Escola da Terra por parte das Secretarias Municipais de Educação e dos/as próprios/as professores/as em formação no Curso de Aperfeiçoamento, que demonstraram interesse muito grande durante as realizações das formações. Portanto o conhecimento teórico associado ao contexto social em que seus estudantes vivenciam no cotidiano faz que a práxis de fato ocorra, o que permite que os sujeitos do campo sejam os próprios protagonistas de seus destinos (Borges & Mourão, 2018).

Processo formativo de professores/as das escolas do campo amazônico

O Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo – Práticas Pedagógicas teve como foco os seguintes objetivos: Geral – contribuir na formação continuada de profissionais da educação que atuam nas escolas do campo, fundamentando as teorias e as metodologias centradas em práticas pedagógicas capazes de desenvolver estratégias e recursos educativos que facilitem a integração do saber tradicional ao saber científico e ao trabalho do campo; Específicos – 1) Estudar o processo do mundo do trabalho do campo e suas alternativas; 2) Conhecer os fundamentos da Educação do Campo, seus pressupostos, seus princípios, seu currículo e sua relação com a cultura, com o trabalho e com a identidade do sujeito do campo; e 3) Experienciar a práxis da Pedagogia da Alternância e sua aplicação, os fundamentos pedagógicos e as práticas educacionais do campo centradas no tratamento de respeito à diversidade. Esses objetivos foram organizados na matriz curricular do curso por meio de eixos, como é possível observar no Quadro I:

Quadro I – Eixos: Articuladores e Temáticos.

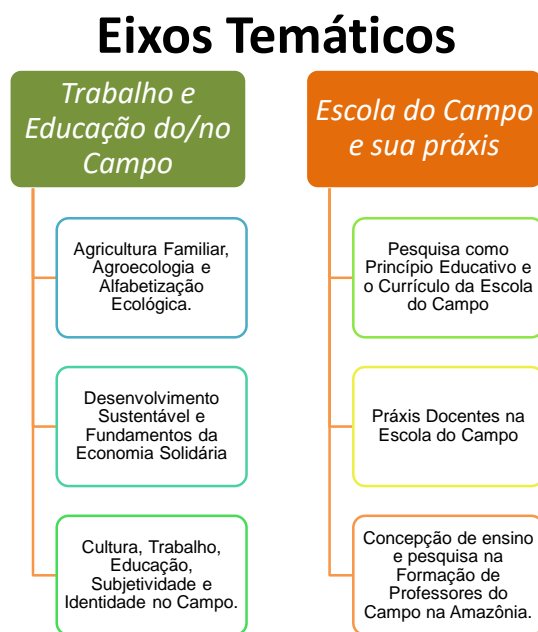
CARGA HORÁRIA	EIXO ARTICULADOR	CARGA HORÁRIA		EIXOS TEMÁTICOS
		Tempo Universidade	Tempo Comunidade	
80	Trabalho e Educação do/no Campo	20	10	Agricultura Familiar, Agroecologia e Alfabetização Ecológica.
		20	10	Desenvolvimento Sustentável e Fundamentos da Economia Solidária
		15	05	Cultura, Trabalho, Educação, Subjetividade e Identidade no Campo.
10	Seminário Integrador: Educação do Campo e Práticas Pedagógicas			
80	Escola do Campo e sua práxis	20	10	Pesquisa como Princípio Educativo e o Currículo da Escola do Campo
		20	10	Práxis Docentes na Escola do Campo
		10	10	Concepção de ensino e pesquisa na Formação de Professores do Campo na Amazônia.
20	Seminário Integrador: Educação do Campo no Amazonas			

Fonte: PPC do Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo. Ano: 2013.

Os eixos deram ênfase à formação dos/as professores/as cursistas, buscando dar-lhes a conotação de sujeitos históricos, suas problemáticas e suas contextualizações sociais, políticas, econômicas etc. dos mundos nos quais estão incluídos. Assim, a matriz curricular centra-se em 2 (dois) eixos articuladores: 1) Trabalho e Educação do/no Campo; 2) Escola do Campo e sua práxis. Cada eixo articulador se subdivide em 3 (três) eixos temáticos, que ao total correspondem a 6 (seis) (PP – Curso de Aperfeiçoamento Educação do Campo – Práticas Pedagógicas, 2013).

Os eixos temáticos foram importantes por viabilizarem conteúdos que ligam a realidade do campo à docência por meio dos itens trabalhados de forma pedagógica em relação aos eixos articuladores. Portanto eles são fundamentais no estudo da formação dos/as professores/as no sentido teórico e prático, nas ações dos tempos das comunidades que eles/as desenvolviam com os seus estudantes e com os membros das comunidades onde se localizam as escolas do campo. Todo esse arcabouço propiciou que os saberes (acadêmicos e empíricos) se tornassem experiências que envolviam todos os participantes da formação mediante os conhecimentos objetivados na proposta das ações do Programa (Diniz-Pereira, Diniz & Souza, 2017).

Figura 1 – Eixos Temáticos do Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo – Práticas Pedagógicas.



Fonte: Coordenação do Curso – 2013.

A construção curricular emerge no primeiro Eixo Articulador, que é Trabalho e Educação do/no Campo, voltado para os conhecimentos relacionados ao mundo do trabalho do campo, uma vez que a Educação do Campo tem em seu pilar uma “concepção fundamentada no princípio educativo do trabalho e em uma forma de trabalho pedagógico com o conhecimento que permita a compreensão sobre como se produzem os fenômenos da natureza e as relações sociais, como a vida se movimenta e se transforma” (Caldart, 2017, p 8).

Os eixos temáticos proporcionaram aos/às professores/as cursistas um olhar sobre a vida na comunidade e com a comunidade, o que fez que eles/as compreendessem a relação do trabalho com o contexto social, sua própria identidade, os próprios sujeitos do campo, suas crenças, seus valores culturais, seu modo de vida etc.

Para Arroyo (2017), quando se trabalha o currículo nas escolas do campo na perspectiva da Educação do Campo, é fundamental reconhecer as especificidades de cada contexto histórico, social, econômico, cultural etc. dos sujeitos envolvidos no processo formativo, de forma que se rompa com a ideia da inferioridade do campo e de seus sujeitos, pois

... os currículos das escolas do campo devem ser pensados e articulados em conjunto com os movimentos sociais, com estes grupos que se organizam e passam a demandar uma escola diferenciada em consonância com sua concepção de educação e com as diversidades dentro do campo. Nesse sentido, levando em consideração que a escola, historicamente, foi e “continua sendo” responsável pela difusão da racionalidade moderna, da forma de pensar

das ciências, dos valores da modernidade, do capitalismo, enfim, pensada para a padronização dos modelos educacionais, o esforço da educação do campo e da formação de professores é o de perceber que o sujeito demandado tem uma racionalidade ... Portanto essa nova dinâmica demanda um esforço organizativo da escola e do coletivo de professores no sentido de buscar articulações entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos populares tradicionais (arte, estética, religião), o que para um determinado grupo é fundamental na forma de atribuir significados (Viero & Medeiros, 2018, p. 155-156).

Diante da citação de Viero & Medeiros (2018), podemos dizer que a matriz curricular do curso dialoga com o processo formativo, já que proporciona a reflexão sobre ser sujeito no mundo e as suas relações estabelecidas no campo, sobre o modo de vida e do trabalho. Por conseguinte o segundo eixo articulador – Escola do Campo e sua Práxis – centrou-se no trabalho docente na escola do campo, na organização curricular, no PPP da escola, nos processos formativos que envolvem o ensino com a pesquisa, ligando os conteúdos escolares com os saberes dos sujeitos do campo, ou seja, uma nova práxis dos/as professores/as de classes multisseriadas.

Os estudos eram realizados durante os Tempos Universidades, nas escolas, nas sedes dos municípios, ou mesmo numa escola da comunidade mais próxima para os/as professores/as. As atividades formativas deram-se com a utilização da mística relacionada ao eixo temático formativo da aula, leitura em grupo, debates. As cadeiras estavam dispostas sempre em círculo para romper com a ideia da hierarquia e para construir o diálogo, o que estimulou a tomada de decisões de forma coletiva e facilitou as relações sociais entre os próprios professores cursistas das turmas, os tutores, os interlocutores e os formadores da UFAM.

No segundo eixo articulador (Escola do Campo e sua práxis), todas as ações são voltadas para o processo formativo em relação à vida escolar, ou seja, à escola como espaço educativo dos estudantes. Nesse eixo, os estudos envolveram o currículo da escola, a construção do seu projeto político-pedagógico de forma coletiva, a necessidade de trabalhar o ensino de forma crítica, diante da ciência moderna e das questões sociais, econômicas, políticas e ambientais do mundo atual, buscando interferir no processo social e compreendendo a vida no/do campo (Viero & Medeiros, 2018). As atividades foram tão produtivas que as Secretarias de Educação passaram a se envolver mais ainda com o acompanhamento das ações formativas.

A matriz curricular, além dos eixos, utilizou os tempos formativos da Pedagogia da Alternância, que são o Tempo Escola e o Tempo Comunidade. No caso do curso, os tempos foram chamados de Tempo Universidade e Tempo Comunidade. Os tempos são empregados

como procedimentos das ações pedagógicas, com a intencionalidade de valorizar o processo educativo ligando-o às manifestações sociais, principalmente aos direitos da comunidade, como é o caso da educação dentro das expectativas da Educação do Campo, no Campo, e não para o Campo. E as experiências de formação de professores do campo apontam “que a Formação em Alternância contribui para criar mediações entre a universidade, o campo e a escola na comunidade” (Molina, Martins & Antunes-Rocha, 2021, p. 24).

Essa perspectiva rompe historicamente com “a educação para os povos do campo [que] é trabalhada a partir de discursos, identidades, perfis e currículos marcados essencialmente por conotações urbanas. Currículos geralmente deslocados das necessidades locais e regionais” (Santos, 2017, p. 213). Diante dessa afirmação de Santos (2017), optamos por articular um projeto pautado na concepção da Educação do Campo pelo fato de esta incentivar o protagonismo das pessoas por meio das ações pedagógicas utilizando os tempos da alternância, empregando os instrumentos formativos dos processos provenientes da relação entre saberes acadêmicos e saberes populares, procurando integrar o mundo do trabalho do campo, que envolve a terra, com a vida dos sujeitos e as suas identidades sociais para a sua emancipação.

Dessa forma, a matriz curricular, ao ser trabalhada em forma de tempos formativos, proporcionou às escolas do campo do Amazonas uma organização pedagógica que possibilitou que todos os envolvidos no processo educativo participassem das ações democráticas dialógicas, o que mostrou a dimensão global das relações sociais e políticas educacionais com a sua própria realidade.

Considerações finais

Durante a realização das ações de formação continuada de professores/as no Amazonas, foi possível constatar, nas idas e vindas, que a Universidade Federal do Amazonas se aproximou da discussão da temática da Educação do Campo e dos municípios, particularmente das comunidades onde as escolas abrangidas se localizam, o que proporcionou um diálogo com os sistemas municipais de ensino e com os/as professores/as que atuam nas escolas do campo do Estado.

As atividades formativas proporcionaram o estudo sobre o mundo do trabalho do campo no contexto amazônico em 46 municípios do Estado do Amazonas, fato que evidenciou a riqueza que a região possui e a diversidade de cultura e, com isso, as formas diversas e singulares de trabalho dos sujeitos do campo.

Também proporcionaram conhecer os fundamentos da Educação do Campo, seus pressupostos, seus princípios, seu currículo e sua relação com a cultura, com o trabalho e com a identidade do sujeito do campo, fato que possibilitou que os/as próprios/as professores/as em formação se reconhecessem como protagonistas de seus saberes e como sujeitos do campo.

As ações formativas deixaram muitas experiências de modo que geraram uma práxis e desenvolveram os tempos formativos da alternância e sua aplicação, além dos fundamentos pedagógicos e das práticas educacionais do campo centrados no tratamento do respeito à diversidade.

Também constatamos a necessidade de prosseguir com as ações – quer iniciais, quer continuadas, quer específicas – para a formação de professores/as, como foi o Programa Escola da Terra, com vistas à continuação do atendimento dos sujeitos do campo amazônico, que buscam nas escolas multisseriadas, muitas vezes, a única política pública presente em sua comunidade.

Referências

Arroyo, M. G. (2017). *Passageiros da noite do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa*. Petrópolis-RJ: Vozes.

Borges, H. S., & Mourão, A. R. B. (2018). Programa Escola da Terra e a Educação do Campo no Amazonas: Relato da formação de professores (as) das escolas multisseriadas. In Hage, S. A. M., Silva, H. S. A., & Fonseca, J. D. (Orgs.). *Programa Escola da Terra: cartografia da diversidade e complexidade de sua execução no Brasil* (s./p.). Curitiba: CRV.

Caldart, R. S. (2017). *Caminhos para transformação da escola: trabalho, agroecologia e estudos nas escolas do campo*. São Paulo: Expressão Popular.

Canudo, A., Luz, C. R. S., & Santos, P. C. M. (2020). *Conflitos no Campo, Brasil, 2019*. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia-GO: CPT Nacional.

Censo Escolar. (2017). Recuperado de: <http://www.amazonas.am.gov.br>. Acesso em: 19/04/2020.

Diniz-Pereira, J. E., Diniz, M., & Souza, J. V. A. (2017). *PRODOC: 20 anos de pesquisa sobre a profissão, a formação e a condição docente*. Autêntica Editora. <https://doi.org/10.31639/rbfp.v10i18.181>

Gomes, S., & Araújo, R. L. (2007). Amazônia: trabalho escravo, conflitos de terra e reforma agrária. *Princípios*, (90), s./p.

Molina, M. C., Martins, M. F. A., & Antunes-Rocha, M. I. (2021). Formação em Alternância nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo desenvolvidos na UnB e na UFMG:

articulando universidade, campo e escola numa perspectiva socioterritorial *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 6, e11856. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e11856>

Projeto Político-Pedagógico do Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo – Práticas Pedagógicas. (2013). Manaus-AM. Faced/UFAM.

Santos, R. B. (2017). História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. *Revista Teias*, 18(51), 210-224. <https://doi.org/10.12957/teias.2017.24758>

Silva, C. A. (2016). A História das populações tradicionais na Amazônia e a terra como patrimônio cultural. In Borges, H. S., & Mourão, A. R. B. (Orgs.). *Trabalho e Educação do/no Campo: agricultura familiar, agroecologia e alfabetização ecológica* (s./p.). Manaus: UFAM.

Viero, J., & Medeiros, L. M. (2018). *Princípios e concepções da educação do campo*. Santa Maria, RS: UFSM, NTE.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 02/02/2021
Aprovado em: 06/04/2022
Publicado em: 28/05/2022

Received on November 02nd, 2021
Accepted on April 06th, 2022
Published on May, 28th, 2022

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Borges, H. S., Victoria, C. G., Silva, H. B., & Souza, E. S. (2022). Contexto amazônico e a formação de professores/as do campo no Amazonas. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 7, e13333. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13333>

ABNT

BORGES, H. S.; VICTORIA, C. G.; SILVA, H. B.; SOUZA, E. S. Contexto amazônico e a formação de professores/as do campo no Amazonas. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 7, e13333, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13333>